

Título -> Smoag's educational
registro preliminar.

autoría -> MGC

año -> 1993

u

ATA

TENDÊNCIAS ATUAIS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA:
1º diálogo do MEC com municípios de porte médio

Brasília, 08 a 10 de novembro de 1993

INOVAÇÕES EDUCACIONAIS:
Registro Preliminar

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - MEC
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS**

**INOVAÇÕES EDUCACIONAIS:
REGISTRO PRELIMINAR***

Leilah Bormann Zero
Luiza Massae Uema
Míriam R. N. Pereira
Moema do Prado Pereira**

* Trabalho realizado a partir de dados registrados no banco de dados do Centro de Referências sobre Inovações e Experimentos Educacionais.

** Técnicas do Centro de Referências sobre Inovações e Experimentos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

DIRETOR

Divonzir Arthur Gusso

COORDENADORA DE PESQUISA

Margarida Maria Souza de Oliveira

COORDENADOR DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Tancredo Maia Filho

COORDENADOR DE AVALIAÇÃO

Orlando Pilati

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Carlos Veloso

GERENTE DO PROGRAMA EDITORIAL

Arsênio Canísio Becker

SUBGENTE DE DISSEMINAÇÃO E CIRCULAÇÃO

Sueli Macêdo Silveira

GERENTE DO CENTRO DE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS EM EDUCAÇÃO

Gaetano Lo Monaco

RESPONSÁVEL EDITORIAL

Cleusa Maria Alves

SÉRIE DOCUMENTAL: Inovações nº 3

Tiragem: 200 exemplares

INEP - Gerência do Programa Editorial

Campus da UnB, Acesso Sul

70910-900 - Brasília - DF

Fone: (061) 347 8970

Fax: (061) 273 3233

APRESENTAÇÃO

Uma das funções institucionais do INEP consiste em prover e estimular a disseminação e discussão de conhecimentos e informações sobre educação, visando ao seu desenvolvimento e domínio público, através de sua produção editorial.

Com o objetivo de contribuir para a democratização de parte desses conhecimentos, de modo mais ágil e dinâmico, o INEP criou no início de 1993 as *Séries Documentais*: elas formam um novo canal de comunicações, diversificado quanto o público, temática e referenciação; abrangendo vários campos, elas podem alcançar, com tiragens monitoradas, segmentos de público com maior presteza e focalização: cada série poderá captar material em diferentes fontes (pesquisas em andamento ou concluídas, estudos de caso, *papers* de pequena circulação, comunicações feitas em eventos técnico-científicos, textos estrangeiros de difícil acesso, etc).

São as seguintes as séries:

1. *Antecipações* tem o objetivo de apresentar textos produzidos por pesquisadores nacionais, cuja circulação está em fase inicial nos meios acadêmicos e técnicos;

2. *Avaliação* tem o objetivo de apresentar textos e estudos produzidos pela Coordenadoria de Avaliação.

3. *Estudos de Políticas Públicas* tem o objetivo de apresentar textos e documentos relevantes para subsidiar a formulação de políticas de Educação.

4. *Eventos* tem o objetivo de publicar textos e conferências apresentados em eventos, quando não se publicam seus anais,

5. *Inovações* tem o objetivo de apresentar textos produzidos pelo Centro de Referências sobre Inovações e Experimentos Educacionais (CRIE).

6. *Relatos de Pesquisas* tem o objetivo de apresentar relatos de pesquisas de pesquisas financiadas pelo INEP.

7. *Traduções* tem o objetivo de apresentar traduções de textos básicos sobre Educação produzidos no Exterior.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1 - CENTRO DE REFERÊNCIAS SOBRE INOVAÇÕES E EXPERIMENTOS EDUCACIONAIS	08
2 - EXPERIÊNCIAS REGISTRADAS	09
3 - CONCLUSÃO	17
4 - ANEXOS	18

INTRODUÇÃO

Os avanços democráticos na área social incorporados à nova Constituição (CF/1988) dependem, para sua viabilidade prática, de melhoria do desempenho do setor público.

Esse desempenho, no entanto, deve ultrapassar as preocupações meramente racionalizadoras e de redução de custos, inserindo os objetivos do setor na perspectiva de um Estado democrático. Implica melhorar o acesso aos serviços públicos em todos os níveis e a todos os grupos sociais, tornando-os permeáveis ao controle da sociedade e, principalmente, aumentando o grau de resolubilidade dos problemas que os serviços visam solucionar, melhorando a sua qualidade.

As análises, investigações e estudos efetuados, neste contexto, são instrumentos estratégicos de gerenciamento da "coisa pública", a serem utilizadas não como mecanismo autojustificador de ações já realizadas, mas principalmente como estimulador de mudanças. Representam, assim, um suporte técnico e também político para a adequação e o reordenamento dos serviços públicos.

É nesta perspectiva que se insere a divulgação de resultados de análises, ainda que preliminares, mas indicativos para serem utilizados como balizadores de novas medidas e estimuladores de mudanças.

1. CENTRO DE REFERÊNCIAS SOBRE INOVAÇÕES E EXPERIMENTOS EDUCACIONAIS

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - , é um órgão autônomo do Ministério da Educação e do Desporto que tem entre as suas competências básicas a de alimentar com informações técnico-gerenciais os órgãos-fim do Ministério diretamente responsáveis pelo planejamento e avaliação de políticas educacionais. As Secretarias de Educação Fundamental, Educação Superior e Educação Média e Tecnológica são as principais demandantes dos estudos e pesquisas realizados ou apoiados pelo INEP. Além disso, o INEP fornece informações diretamente às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Como órgão gerador de conhecimento técnico-científico no campo da educação, o Instituto estabelece uma rede de cooperação com as instituições de ensino e pesquisa, órgãos de representação de instituições acadêmicas e de profissionais de educação e outros, os quais participam de suas atividades como executores de estudos e pesquisas e como debatedores e críticos destes estudos e pesquisas realizados.

Neste momento em que o enfoque das políticas públicas educacionais no Brasil está passando dos aspectos quantitativos para os qualitativos, torna-se imprescindível o apoio a pesquisas educacionais sensíveis a essa realidade, e a ampla disseminação dos resultados das mesmas, como forma de reduzir os problemas de produção de informações fidedignas e relevantes para a tomada de decisões.

Outro aspecto a considerar é o da disponibilidade de informações e análises para outras instâncias, sejam da área política, ou de diferentes níveis de administração educacional. O formalismo dos relatórios de

pesquisa e a estrutura acadêmica dos artigos especializados não encontram um veículo de comunicação mais adequado e ágil para que seus resultados sejam acessíveis às diferentes instâncias de órgãos decisórios e executivos. Isto limita a socialização desses conhecimentos e seu possível impacto social.

Ao mesmo tempo, as dimensões continentais do país tendem a isolar regiões em função não apenas da distância geográfica mas também das desigualdades sócio-econômico-culturais. A existência de redes pública e privada e níveis distintos de administração (federal, estadual, municipal) leva à extrema possibilidade de que os quase 5 mil municípios tenham uma educação diferenciada em suas escolas. A divisão da administração da educação básica entre duas redes autônomas (estadual e municipal) com liberdade para definir políticas e programas de educação, bem como formas de gestão diversificadas, com fraca articulação entre elas, dificulta o fluxo de informações entre as várias agências da educação.

É preciso, necessariamente, desenvolver condições para a utilização eficiente de informações dos mais diversos níveis e esferas da educação que sirvam de apoio a mudanças conscientes que levem à melhoria do quadro da Educação brasileira. É a partir do conhecimento e divulgação de projetos inovadores que "deram certo" que as autoridades educacionais, nos vários níveis da administração e até mesmo em nível de escolas, podem planejar as mudanças necessárias, adaptando ou reproduzindo experiências, ou nelas se inspirando.

Até agora, a pequena escala das experiências de inovações, transformações e outras mudanças, as dificuldades de reprodução e as descontinuidades político-administrativas têm impedido que as experiências adquiridas fossem reproduzidas - ou mesmo fossem conhecidas - ao largo do sistema. Em muitos casos, experiências

inovadoras muito semelhantes são reproduzidas em diferentes lugares e em momentos diferentes sempre começando do zero; ou seja, sem que seus agentes saibam ou possam aproveitar as aprendizagens uns dos outros, seja para avançar nos acertos, seja para evitar os erros ou deficiências.

É necessário que tais condições sejam verificadas e analisadas, de forma a ampliar o espectro de alternativas passíveis de reprodução em escalas mais abrangentes e, pois, com impactos mais significativos no conjunto do sistema. Há que se conhecer os diferenciados modelos de tratamento da questão educacional adotados pelos sistemas de ensino, pelas administrações municipais e pelas unidades escolares. Como criaram formas próprias de interagir com o seu meio social. Que estratégias e mecanismos foram utilizados na organização escolar e gestão pedagógica voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

Daí a criação na estrutura do INEP de um Centro de Referências para captar, analisar e disseminar informações sobre experimentos e inovações educacionais que subsidie a formulação de políticas públicas e programas na área da Educação Fundamental, em todos os níveis da administração pública e também no setor privado, levando ao desenvolvimento da Educação brasileira.

No contexto de implementação das políticas públicas, consubstanciadas no Plano Decenal, a criação do Centro de Referências sobre Inovações e Experimentos Educacionais - CRIE é situado estrategicamente como um dos mecanismos operacionais para a concretização de um conjunto de ações convergentes, que incidindo sobre os fatores que afetam a qualidade do ensino, poderão ser de valia para operar mudanças no quadro atual do ensino brasileiro.

Levantamentos iniciais realizados pela equipe do CRIE mostram que as inovações e experimentos nas escolas brasileiras tendem a se concentrar em três grandes linhas de ação: gestão, valores e conceitos, e processo pedagógico. A estratégia do Centro é identificar as inovações existentes, estudar com profundidade uma amostra selecionada das mesmas, disseminar os resultados das pesquisas e difundir as inovações bem sucedidas, fornecendo opções para possível reprodução, desde que respeitadas as particularidades locais.

A criação do Programa de Apoio a Inovações Pedagógicas e Educacionais, no âmbito do Plano Decenal de Educação para Todos, coordenado pela SEF e o INEP, na esfera federal, articulando Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e demais entidades, o financiamento pelo Banco Mundial de projetos de inovação pedagógica e educacional nos Estados da Região Nordeste, exigem o estabelecimento de medidas de atuação integrada, fundadas em acordos prévios, institucionalizados mediante convênios e protocolos de cooperação ou outros instrumentos, em que as responsabilidades de cada parte estejam claramente definidas.

Nesta perspectiva, o CRIE está sendo estruturado para se tornar o depositário da produção nacional dos resultados de estudos e pesquisas de experimentos e inovações no campo da educação.

Enquanto depositário destas informações, constituir-se-á, por um lado, em fonte de consulta para as mais diversificadas iniciativas (tanto para a realização de novos estudos e investigações, como para o estabelecimento de diretrizes e programas) e, por outro, em órgão promotor e coordenador, por excelência, de trabalhos de identificação, avaliação e disseminação do conhecimento existente e dos resultados produzidos.

Acredita-se que o CRIE possa colaborar para o desenvolvimento e consolidação das competências técnica e institucional no âmbito do INEP, de tal forma que suas ações possam transcender a transitoriedade daqueles que o administram e que sejam um referencial para aprofundamento de trabalhos prospectivos de busca e desenvolvimento de soluções, bem como fortalecendo a capacidade de antecipar-se e responder com agilidade no subsídio à definição de políticas mais eficazes no enfrentamento dos problemas brasileiros do ensino e da Educação.

Com isso, o Centro estaria contribuindo para o exercício das funções do INEP, enquanto órgão historicamente dedicado ao progresso do conhecimento e ao avanço no sentido da superação dos graves problemas que persistem na área educacional, com base na realidade de hoje e a visão posta no futuro.

2. EXPERIÊNCIAS REGISTRADAS

Os estudos preliminares sobre as experiências registradas no Centro de Referências indicam que, a par dos diferenciados caminhos trilhados pelas administrações municipais ou por ações solitárias de professores ou diretores de escolas, unanimemente, todos estão buscando a qualidade do ensino e o resgate da credibilidade da escola pública.

Assim, algumas iniciativas refletem prioridades estabelecidas em direção à democratização do acesso à escola, outras buscaram enfatizar novas concepções e abordagens do processo de ensino-aprendizagem, na perspectiva de adequar o currículo às características da clientela.

Com os mesmos objetivos, muitos estão experimentando um modelo de gestão de cunho mais democrático, que estimula tanto a participação da comunidade nos

colegiados escolares, quanto a autonomia da escola nas questões administrativo-financeiras e didático-pedagógicas.

São freqüentes os registros de experiências cuja iniciativa partiu de organizações não oficiais ou governamentais, indicando a necessidade de se buscar estratégias que consolidem alianças e parcerias entre os vários níveis da administração, entre instituições de ensino superior, entre empresas e demais segmentos da sociedade civil.

A. Democratização do Acesso à Escola

As iniciativas para a extensão de oportunidades educativas voltaram-se àqueles que, sistematicamente, são excluídos pelos sistemas de ensino: jovens e adultos trabalhadores, crianças precocemente engajadas no mercado de trabalho, meninos de rua, população indígena, população de área rural e portadores de deficiências.

Esforços para a ampliação do atendimento foram dirigidos no sentido de racionalizar os espaços físicos disponíveis. Espaços alternativos foram adaptados para serem utilizados como salas de aula (refeitórios de canteiros de obras, salões paroquiais e comunitários, núcleos residenciais, terreiros de umbanda e outros).

A nucleação ou implantação de escolas-pólo (agrupamento de pequenas escolas rurais multisseriadas), paralelamente à oferta de transporte para o deslocamento de alunos e professores foram outras formas encontradas, tanto para garantir o acesso às séries iniciais, quanto para estender o ensino de 5ª a 8ª séries.

Região Norte (Anexo I)

Do registro de experiências

desenvolvidas nesta região, algumas poderão ser destacadas:

- Alfabetização de trabalhadores da construção civil em canteiros de obras em uma ação conjunta do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Pará e do MEC, via FNDE.

- Em Xapuri/AC, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em parceria com organizações não-governamentais, construiu, em mutirão, as escolas para os filhos dos seringueiros. Foi utilizada a paxiúba (palmeira nativa da região) para forrar as paredes.

É interessante observar que a maior parte das iniciativas nesta região partiu de instituições não oficiais, tendo recebido apoio governamental posteriormente.

Região Nordeste (Anexo II)

A oferta do ensino regular associado às atividades profissionalizantes, ao trabalho e a alguma forma de remuneração, foi a forma utilizada para o atendimento:

- . a meninos de rua e moradores de favelas, em Salvador/BA e Recife/PE;

- . a mulheres trabalhadoras em São Luiz/MA;

- . a crianças carentes de área rural - Mata de São João e Entre Rios/BA.

Em Jaboatão dos Guararapes foram criados núcleos residenciais de alfabetização de jovens e adultos, organizados nas próprias casas da clientela.

Região Sudeste (Anexo III)

O Projeto Global de Recuperação - iniciativa da Prefeitura Municipal de Rio Claro/RJ - atingiu, em caráter emergencial,

as escolas rurais multisseriadas que estavam em péssimo estado de conservação, restaurando as salas de aula e construindo novos estabelecimentos em áreas rurais.

O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro também se engajou na luta pela alfabetização, oferecendo espaços nos canteiros de obras para o funcionamento de salas de aulas.

A Prefeitura Municipal de Conchas/SP implantou o Projeto Cidade-Escola - abertura de praças públicas para aulas comunitárias.

A Associação de Moradores de Parelheiros/SP, basicamente constituída por operários e caseiros dos sítios da região, constrói escola para seus filhos.

Região Sul (Anexo IV)

Londrina/PR investe em meninos de rua implantando as escolas-oficina que, além da educação formal, oferecem atividades profissionalizantes e meio salário-mínimo a título de bolsa de estudo.

Funcionando como uma nova escola ou anexando as já existentes, Curitiba/PR instala escolas pré-fabricadas em madeira, facilmente montáveis e desmontáveis.

A escolarização estendida até as últimas séries, em áreas rurais, vem sendo obtida mediante a implantação de escola-fazenda em Santa Rita/RS e de escolas-pólo (nucleação) com transporte escolar em Itaquí/RS.

Por sua própria iniciativa, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra instalou escolas para os seus filhos em assentamentos e acampamentos rurais.

Os salões comunitários, sedes de sindicatos de trabalhadores rurais, galpões de fazendas são espaços utilizados para

alfabetização de jovens e adultos trabalhadores.

Região Centro-Oeste (Anexo V)

As populações marginalizadas pelo sistema educacional têm sido atendidas em alguns municípios da região:

.indígenas - Amambaí, Três Lagoas e Várzea Grande/MS;

.jovens e adultos trabalhadores (capacitação sócio-profissional) - Várzea Grande/MS;

.crianças trabalhadoras (ensino + atividade profissionalizante+trabalho remunerado) - Goiânia e Catalão/GO;

.mulheres trabalhadoras - Goiânia/GO;

.portadores de deficiência (serviço educativo itinerante) - Goiânia/GO.

No Distrito Federal, a frequência e a permanência dos garis nas classes de alfabetização foi garantida através do transporte escolar.

B. Condições para a permanência na escola.

As ações dirigidas para que a criança permaneça e progrida na escola enfatizaram diversas modalidades, métodos e estratégias educativas apropriados às necessidades de aprendizagem das distintas clientelas. Nessa linha, foram adotadas metodologias de ensino-aprendizagem que valorizassem a cultura, o cotidiano das comunidades, bem como a inserção das questões do meio-ambiente nas práticas pedagógicas.

Além disso, várias experiências registram o esforço em proporcionar aos alunos um ensino de melhor qualidade,

mediante a utilização de recursos didático-pedagógicos diversificados, tendo em vista estimular a criatividade, interesse e a capacidade crítica dos alunos.

Crianças precocemente engajadas no mercado de trabalho são atendidas em ambientes escolares estimulantes e atrativos que associam o ensino ao treinamento profissionalizante.

Os prejuízos na aprendizagem oriundos da compartimentação e fragmentação dos vários campos de conhecimento foram minimizados com a implantação do currículo integrado. Partindo da realidade dos alunos e dos professores, busca-se relacionar o cotidiano das crianças a contextos mais amplos de tal forma que uma proposta interdisciplinar e contextualizada dos diversos componentes curriculares seja definida.

Algumas administrações municipais ampliaram o tempo de permanência do aluno na escola, adaptaram o calendário escolar às especificidades de sua clientela e introduziram programas de assistência alimentar e médico-odontológica.

Região Norte (Anexo I)

As escolas da região dos seringueiros em Xapuri/AC funcionam em sistema de classes multisseriadas até a 4ª série e o horário escolar é fixado de acordo com os interesses da comunidade. O material didático é basicamente constituído de 2 livros e a cartilha foi preparada a partir de pesquisas no local. Desenvolvem atividades extra-alfabetização como teatro, música, poesia e marcenaria.

Algumas escolas em Rio Branco/AC montaram, a partir de uma avaliação de prontidão para a alfabetização, esquemas para aulas de reforço com atendimento individualizado.

A Universidade Federal do Pará implantou, na Escola de Aplicação, um projeto experimental de desenvolvimento de currículo por blocos afins, com conteúdos integrados ou relacionados em vários dias seguidos, por um período de tempo determinado. Inclui, ainda, uma nova sistemática de avaliação da aprendizagem e uma ação fundamentada na participação de alunos, professores e pais.

Em áreas carentes de Belém/PA, foram instaladas algumas escolas cujo ambiente é marcado pela informalidade, liberdade e participação para atendimento a meninos de rua. Oferecem treinamento profissionalizante e encaminham os menores para o mercado de trabalho.

Região Nordeste (Anexo II)

A proposta agroecológica da Escola Rural de Ouricuri/PE revela a preocupação de se adequar o currículo à realidade do meio rural. Administrada por uma organização não-governamental (Caatinga), a escola abre espaço à participação comunitária.

A ampliação da jornada escolar, iniciativa da Secretaria Estadual do Piauí, foi realizada nos Centros de Ensino Básico (CEB) em Teresina que funcionam em regime de semi-internato.

Com a adoção de novas metodologias e concepções pedagógicas que enfatizam termos relacionados à realidade do aluno, as experiências de Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Moreno e Iguazu/PE têm obtido resultados positivos na diminuição da evasão e repetência.

Em Mossoró/RN, a Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, desenvolveu um projeto que utilizava o folclore e as tradições

regionais como instrumentos de estímulo e dinamização do ensino.

Região Sudeste (Anexo III)

A experiência educacional de áreas rurais do Espírito Santo considerou a realidade rural, estabelecendo um calendário que alterna períodos de atividades, nas escolas localizadas em propriedades agrícolas, com outros em casa. Além disso, no currículo, são incluídas técnicas agrícolas e economia doméstica. Destacam-se os municípios de Vila Pavão, Boa Esperança e Água Branca que implantaram centros integrados de ensino, onde introduzem novas técnicas agrícolas e mobilizam a população privilegiando as experiências vividas pelos próprios alunos.

Por iniciativa do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) foi conduzida uma experiência para atender aos filhos de agricultores que se encontravam acima da faixa etária de escolarização. Baseou-se na experiência francesa de casas familiares, utilizando uma metodologia que permite compactar as quatro séries maiores do 1º Grau em 3 anos.

Tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, foi implantado o projeto da Interdisciplinaridade no Município de São Paulo que incide basicamente sobre a questão curricular. Buscou-se romper com a fragmentação do conhecimento e com o distanciamento dos conteúdos de ensino, em relação à realidade dos alunos. Deslocou-se "o pensar e fazer currículo" das instâncias centrais e superiores para os educadores, seus principais agentes, em relação estreita com alunos e comunidade. As escolas foram apoiadas na construção de seus projetos, de seu currículo e dos programas de ensino, com vistas a uma proposta integrada, tendo como eixo a interdisciplinaridade, através de temas geradores. Trata-se de um projeto que concretiza a inserção da escola na realidade

e que estabelece o trabalho coletivo e participativo, no qual se integram os educadores entre si e os educadores com alunos e pais. Todos são partícipes na decisão sobre os rumos da escola.

O Projeto Cidade-Escola desenvolvido no município de Conchas/SP destina os espaços públicos (praças, prédio da Estação Ferroviária) para oferecer alternativas de aprendizagem fora do estabelecimento de ensino. Os alunos são monitorados por professores que os acompanham e orientam. Uma Kombi adaptada funciona como biblioteca itinerante.

A Prefeitura Municipal de Santos/SP implantou o projeto de interdisciplinaridade com o objetivo de evitar a compartimentação e fragmentação dos vários campos de conhecimento.

Preocupados com o baixo rendimento dos alunos, professores de uma escola em bairro periférico paulistano decidiram tornar-se polivalentes, até mesmo nas quatro últimas séries do 1º grau.

Bananal/SP, importante centro histórico da cafeicultura no Vale do Paraíba, resgata e registra sua paisagem e memória, envolvendo escolas e comunidade na preservação do meio-ambiente e no fortalecimento da identidade cultural da sua população.

As taxas de evasão e de repetência foram diminuídas em Machado e Paraguaçu/MG com o apoio da Fundação 18 de Março (FUNDAMAR) que instituiu o ensino de tempo integral, oferecendo, além do ensino formal, atividades profissionalizantes, atendimento médico-odontológico e três refeições diárias.

Alunos de várias instituições de ensino, dispersas em fazendas ou localidades do município de Vazante/MG, são

beneficiados com a inauguração da escola-pólo que concentra os serviços educacionais, assistência médico-odontológica e ensino profissionalizante. O acesso e permanência são garantidos com transporte escolar. Para compensar a falta de recursos na família, os alunos que permanecem na escola em tempo integral, arrecadam dinheiro com a venda dos trabalhos feitos na escola.

Região Sul (Anexo IV)

Partindo do questionamento dos conteúdos e métodos convencionais de ensino, a Secretaria Municipal de Ponta Grossa/PR conduziu, em toda a rede de ensino, uma experiência baseada em metodologia que permite incorporar e intensificar a vivência do cotidiano como matéria-prima da produção do conhecimento. Com os mesmos objetivos, registros em Ajuricaba e Erechim no Rio Grande do Sul foram observados.

O Ciclo Básico de Alfabetização implantado na rede pública estadual do Paraná tem reduzido os índices de evasão e repetência. Abandonando as cartilhas e adotando a metodologia sócio-interacionista da linguagem, o ciclo se propõe a completar, em dois anos, a primeira fase de alfabetização.

Cursos modulados de 1º grau incluindo o acesso a oficinas profissionalizantes, alimentação e trabalho remunerado atendem jovens trabalhadores de baixa renda em Lages/SC.

Sem abandonar o trabalho rural, filhos de agricultores de baixa renda são atendidos por projetos baseados em módulos que enfatizam os conteúdos adequados às necessidades e expectativas dos alunos e à realidade local. Trata-se de um serviço educativo itinerante em que os professores se deslocam quinzenalmente para as comunidades para levar os módulos e avaliar

a aprendizagem (Joaçaba e São Miguel do Oeste/SC).

Em Caxias do Sul/RS a Secretaria de Educação Municipal ampliou o ano letivo para 215 dias.

Escolas de acampamentos e assentamentos rurais dos Sem-Terra dão prioridade ao resgate do saber popular e valorizam sua história, mediante a oferta de conteúdos que focalizam a participação, o trabalho coletivo e princípios democráticos.

Experiências de interdisciplinaridade foram registradas em Novo Hamburgo/RS. Contam com equipes de apoio para assessorar diretores e professores no planejamento e execução de projetos escolares.

Região Centro-Oeste (Anexo V)

O Laboratório Vivencial em Tangará/MT traz a vida para a sala de aula, construindo o conhecimento a partir do contacto com o meio e enfatizando a bagagem vivencial de alunos e professores: une a realidade à ação e trabalha todas as disciplinas.

C. Desenvolvimento de Recursos Humanos

Investir na habilitação e formação permanente dos profissionais de educação é condição primordial para se alcançar um ensino de melhor qualidade, sobretudo quando se verifica o esgotamento dos sistemas de formação inicial e da escassez da oferta de formação continuada dos educadores.

Neste sentido, esforços têm sido empreendidos tanto por iniciativa das diversas esferas da administração pública quanto por instituições de ensino superior.

Região Norte (Anexo I)

Por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará, são realizados cursos, encontros e seminários para atualização de docentes.

Região Nordeste (Anexo II)

Tentativas de organizar um trabalho permanente de treinamento em serviço, através de encontros e reuniões semanais e por meio de telecursos, foram verificadas em alguns municípios da região.

As instituições de ensino superior têm desempenhado papel fundamental no treinamento e atualização de docentes: professores leigos em Camaçari/BA, professores de 1º grau em Santaluz/BA.

Deslocando-se quinzenalmente para o município de Santaluz, professores da Universidade Estadual de Feira de Santana dão treinamento a professores de escolas de 1º grau de 9 municípios da região.

Região Sudeste (Anexo III)

Contagem/MG investe no aperfeiçoamento permanente dos professores e adota uma política salarial justa.

A adoção de sistemas de bolsas de estudo para estimular a participação em cursos de capacitação foi a forma encontrada por São José da Varginha/MG.

Em Rio Claro/RJ, os professores leigos receberam apoio técnico e pedagógico por meio da realização de cursos e reuniões.

O Centro de Ensino e Pesquisa do Litoral Paulista promove cursos de aperfeiçoamento e capacitação de professores tendo em vista atender às necessidades de formação com o menor deslocamento possível dos mesmos de suas unidades de

trabalho. Busca fortalecer e ampliar as ações da Universidade junto à rede pública de ensino, de modo a estimular uma reflexão crítica sobre o seu papel e a sua prática. Com a constituição de núcleos de ensino em várias regiões do Estado de São Paulo, visa descentralizar os pólos irradiadores das ações pedagógicas e educacionais, de forma a propiciar uma capacitação dos profissionais da rede pública, diferenciada da anteriormente em vigor.

As Oficinas Pedagógicas (OPs), criadas em 1987 pela Secretaria de Educação de São Paulo, constituem-se numa estratégia descentralizada de capacitação em serviço de professores. Seu propósito maior foi a melhoria da qualidade do ensino por meio de um processo de descentralização em duas direções: de um lado, fortalecer as Delegacias Regionais de Ensino como pólos irradiadores das diretrizes pedagógicas da Secretaria; de outro, dinamizar um projeto de consulta às escolas sobre as necessidades de aperfeiçoamento de seus docentes e técnicos.

Região Sul (Anexo IV)

Em boa parte dos municípios desta região, equipes de coordenação e de professores são submetidas a um processo de informação, estudo e treinamento em serviço, de caráter permanente, com encontros regulares e intensa participação em congressos, seminários e workshops que questionam e atualizam suas práticas.

Os professores leigos de Sarandi, Ronda Alta e outros assentamentos rurais dos Sem-Terra participam de cursos de Habilitação de Professores Rurais do DER/FUNDEP, em Braga, como requisito para realizarem concursos públicos.

Região Centro-Oeste (Anexo V)

De maneira geral, as ações de

treinamento dos profissionais da educação têm sido desenvolvidas por iniciativa das instituições de ensino superior, através dos programas de extensão universitária.

Em Tangará/MT, a experiência abrange 17 municípios da região noroeste. Em São Félix do Araguaia, os professores rurais leigos de classes multisseriadas são habilitados através do "Projeto Inajá" que utiliza o método construtivista. Ambos são realizados em cooperação com a UNICAMP.

O Programa Pró-Magistério (DF) oferece bolsas de estudos para o aperfeiçoamento de professores da Fundação Educacional.

Por intermédio do Programa "Um Salto para o Futuro" os docentes estão sendo beneficiados com cursos de atualização.

D. Democratização da Gestão

As lutas pela democratização do país e a ineficácia das políticas educacionais caracteristicamente centralizadoras das últimas décadas têm provocado a emergência de movimentos que questionam o modelo tradicional de organização e gestão da administração pública.

Cada vez mais se reconhece a necessidade da participação dos vários segmentos da sociedade civil organizada na condução das políticas e programas educacionais. Reconhece-se, ainda, a escola como espaço legítimo das ações educativas e como agente de prestação de serviços de boa qualidade. O fortalecimento de sua gestão e a ampliação de sua autonomia têm sido prioridades em inúmeros municípios do país.

Região Norte (Anexo I)

A criação de formas colegiadas de administração foi a maneira adotada por

algumas escolas em Belém para torná-las mais permeáveis aos interesses e necessidades de seus usuários.

Região Nordeste (Anexo II)

Por iniciativa das próprias comunidades foram institucionalizados canais de comunicação e participação entre população e os agentes educacionais, por meio da criação de colegiados e cooperativas de modo a permitir o gerenciamento coletivo do setor público.

A gestão da escola realizada por terceiros foi uma medida implementada em Jaboatão dos Guararapes, com a participação de membros da comunidade, pais, docentes e funcionários. Este novo modelo de gestão compreende a existência de duas instâncias: a executiva, representada por uma associação civil sem fins lucrativos, formada por docentes e funcionários e a deliberativa, formada por membros da comunidade.

Região Sudeste (Anexo III)

A autonomia administrativa, financeira, didática e pedagógica das escolas em Contagem/MG desencadeou a organização de colegiados com poderes normativo, deliberativo e consultivo, onde as propostas são discutidas e as decisões são tomadas de forma mais rápida e eficaz e, ainda, mais próxima das escolas. O concurso público para o ingresso na carreira do magistério, aliado à eleição direta de diretores de escolas são condições que favorecem mudanças inovadoras.

Em São José do Rio Preto/SP, uma escola é mantida pela Cooperativa Regional de Educação.

Uma escola em Parelheiros/SP nasceu sob a marca da participação. Todas as atividades são discutidas pelos professores, alunos e pais. As reuniões da APM são

freqüentes e os alunos participam do Conselho Escolar.

Região Sul (Anexo IV)

Em Canela/RS, escolas estimulam a formação de lideranças e apóiam a organização comunitária.

A Câmara de Vereadores de Caxias do Sul/RS incluiu na Lei Orgânica Municipal a obrigatoriedade de destinar 35% do orçamento à educação. Foi formado, ainda, um colegiado de planejamento para organizar cursos de preparação de docentes, seminários, simpósios e reuniões pedagógicas. Os diretores são eleitos e as escolas têm autonomia na elaboração do programa curricular.

Novo Hamburgo/RS aplica 43% do seu orçamento em educação.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra em assentamentos e acampamentos nas imediações de Bagé e Sarandi, no Rio Grande do Sul, adotou princípios pedagógicos que valorizam a participação coletiva na gestão escolar. A escola foi produto do movimento.

A Prefeitura de Maringá criou um gerenciamento empresarial da atividade educacional. As cooperativas educacionais, compostas de mínimo 50% de professores e funcionários, assumem a gestão das creches e unidades de ensino fundamental.

Região Centro-Oeste (Anexo V)

Experiência de uma escola em Cuiabá/MT, que é administrada por uma cooperativa de professores, atende alunos da pré-escola à 8ª série.

3 - CONCLUSÃO

O registro das várias iniciativas no âmbito da educação fundamental adotadas pelas administrações educacionais, pelas escolas e por organizações não governamentais indica que somente conferindo prioridade à educação será possível desencadear rupturas ou mudanças significativas em direção ao aperfeiçoamento das instituições e relações democráticas

As sociedades democráticas são essencialmente pluralistas e heterogêneas, constituindo-se em "loci" privilegiados para o surgimento de inovações.

As pluralidades e diversidades destas experiências devem ser conhecidas, debatidas, disseminadas e intercambiadas, cabendo aos municípios participantes deste Simpósio um papel preponderante no estabelecimento de pólos dinamizadores nas regiões de sua influência, de tal forma que contribuam para consolidar as mudanças requeridas pela população brasileira na construção de uma sociedade mais justa e igualitária .

4 - ANEXOS

ANEXO I

REGIÃO NORTE				
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DEMOCRATI- ZAÇÃO DO ACESSO	CONDIÇÕES PARA A PERMANÊN- CIA	DESENVOL- VIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	GESTÃO DEMOCRÁ- TICA
AC	-	01	02	-
AM	01	-	-	-
PA	01	-	03	01
TOTAL	02	01	05	01

REGIÃO NORTE			
INICIATIVA			
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESCOLA	SISTEMA	OUTROS
AC	-	-	01
AM	-	-	01
PA	-	-	04
TOTAL	-	-	06

ANEXO II

REGIÃO NORDESTE				
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO	CONDIÇÕES PARA A PERMANÊNCIA	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	GESTÃO DEMOCRÁTICA
BA	03	05	05	-
CE	02	03	01	01
MA	01	-	-	-
PB	01	03	-	-
PE	02	03	03	01
PI	-	-	-	-
RN	-	01	-	01
TOTAL	09	15	09	03

REGIÃO NORDESTE			
INICIATIVA			
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESCOLA	SISTEMA	OUTROS
BA	02	03	16
CE	02	03	02
MA	-	-	01
PB	-	01	03
PE	05	04	03
PI	-	01	-
RN	-	01	01
TOTAL	09	13	26

ANEXO III

REGIÃO SUDESTE				
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DEMOCRATI- ZAÇÃO DO ACESSO	CONDIÇÕES PARA A PERMANÊN- CIA	DESENVOL- VIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	GESTÃO DEMOCRÁ- TICA
ES	-	08	-	01
MG	-	16	02	01
RJ	01	08	03	03
SP	-	42	05	03
TOTAL	01	74	10	08

REGIÃO SUDESTE			
INICIATIVA			
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESCOLA	SISTEMA	OUTROS
ES	01	06	02
MG	09	05	01
RJ	04	06	01
SP	13	06	04
TOTAL	27	23	08

ANEXO IV

REGIÃO SUL				
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DEMOCRATI- ZAÇÃO DO ACESSO	CONDIÇÕES PARA A PERMANÊN- CIA	DESENVOL- VIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	GESTÃO DEMOCRÁ- TICA
PR	04	08	03	05
SC	-	05	-	-
RS	05	20	02	04
TOTAL	09	33	05	09

REGIÃO SUL			
INICIATIVA			
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESCOLA	SISTEMA	OUTROS
PR	05	04	05
SC	02	02	01
RS	13	10	02
TOTAL	20	16	08

ANEXO V

REGIÃO CENTRO-OESTE				
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO	CONDIÇÕES PARA A PERMANÊNCIA	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	GESTÃO DEMOCRÁTICA
DF	04	-	09	03
GO	01	-	03	01
MS	-	-	03	02
MT	01	01	04	04
TOTAL	06	01	19	10

REGIÃO CENTRO-OESTE			
INICIATIVA			
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESCOLA	SISTEMA	OUTROS
DF	10	05	-
GO	01	04	-
MS	01	02	-
MT	01	05	-
TOTAL	13	16	-